

Dauster vai ao Senado Federal buscar apoio para aprovar acordo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo não quer perder tempo com o processo ainda pendente de entendimentos internos e externos, necessários para a formalização do acordo em torno dos juros atrasados que for firmado, em princípio, com os bancos credores privados. Hoje, o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, inicia os primeiros contatos no Senado Federal, onde o acordo precisa ser previamente aprovado.

Ele tem audiências marcadas com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Raimundo Lira, e com o presidente do Senado Federal, senador Mauro Benevides, a quem vai apresentar os termos do acordo e combinar como serão analisados. Os depoimentos na comissão estão previstos para a semana que vem.

"Ao mesmo tempo, vamos adiantar com os bancos os entendimentos sobre as regras para conciliação dos valores dos atrasados e acertar os detalhes jurídicos e técnicos que ainda faltam para a redação da "term-sheet" (o "protocolo do acordo"), disse ontem a este jornal o embaixador Dauster, de retorno ao País depois de 64 dias de negociações ininterruptas em Nova York.

"O ideal é termos a 'term-sheet' pronta para submeter ao Senado tão cedo quanto possível", avaliou ele, indicando que, depois de aprovado pelos senadores, aquele protocolo começará a "correr" os diversos bancos credores (cerca de setecentos) para receber as adesões necessárias à formalização e assinatura do contrato.

O processo de busca de adesões é normalmente demorado, mas o embaixador Dauster acenou com a perspectiva de se optar por um "road-show" — palavra que significa rodeio mas que, na expressão dos banqueiros, caracteriza-se como uma rodada em que vários bancos são abordados de uma só vez, de modo que não haja tanta perda de tempo na coleta de assinaturas.

BUSCA DE APOIO

Normalmente, aproveita-se a realização de algum grande evento internacional que reúna os



Jório Dauster

bancos internacionais para fazer o "road-show" de acordos de países devedores e é possível que o comitê assessor da dívida externa brasileira aproveite a realização da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI) — começa no dia 26 deste mês, em Washington — para buscar o apoio e a adesão dos demais bancos credores do Brasil.

O esquema de negociações com o Senado Federal começou a ser montado ontem no encontro que o embaixador teve com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, tão logo chegou a Brasília. "O embaixador Jório Dauster vem ao Senado em demonstração de prestígio a esta casa", atestou ontem o senador Marco Maciel (PFL-PE), líder do governo no Senado, ao editor João Alexandre Lombardo, deste jornal, antecipando que a própria ministra deve levar ao senador Mauro Benevides, na segunda-feira, os termos gerais do acordo de princípios sobre os atrasados, acertado com os bancos na segunda-feira.

A expectativa é de que os depoimentos na comissão de assuntos econômicos comecem a ser tomados a partir de quarta-feira e alguns nomes estão listados: além da ministra da Economia e do embaixador Dauster, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o economista Paulo Nogueira Batista Júnior devem ser chamados, segundo informou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Algum tempo deve ser tomado para o levantamento dos aspectos jurídicos antes de o protocolo estar redigido no papel. Dauster explicou a este jornal que

será preciso analisar os termos dos vários projetos da renegociação da dívida externa assinada em setembro de 1988. Cada projeto — como o "confinancing", o "parallel financing", o "new money trade bond", por exemplo — tem suas cláusulas contratuais e prevê as condições específicas para o "waiver" (dispensa) pelo atraso no pagamento dos juros.

ESTOQUE DA DÍVIDA

Dauster gosta de lembrar que a parte importante da renegociação, envolvendo o estoque da dívida de médio e longo prazos, ainda não começou. Ele não tem ainda idéia de quando os entendimentos sobre o estoque, calculado em US\$ 52 bilhões, serão iniciados, mas não acredita que os bancos credores se posicionem no sentido de esperar que o Brasil firme primeiro um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a despeito das manifestações que já

se percebe entre alguns bancos credores em defesa de um acerto preliminar com o FMI.

"Acho que os bancos querem também resolver a questão da dívida de médio e longo prazos e não creio que busquem condicionar o acordo do estoque a um acordo com o FMI, porque isto nunca foi colocado como pré-condição", enfatizou o negociador, frisando que não há vinculação entre o entendimento com os bancos e um acordo com o FMI. De qualquer modo, o governo não tem ainda idéia de quando serão retomadas as negociações com aquele organismo internacional, em torno de um acordo do tipo "stand-by". A missão do FMI que deve chegar ao Brasil nos dias 22 e 23 deste mês tem caráter técnico: ela vem fazer a análise da situação fiscal e do balanço de pagamentos, dentro dos termos do artigo 4º dos estatutos da instituição.